

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

ASSEMBLÉIA GERAL

Nesta terça-feira, dia 21, às 10h, no Quinhentão

Saiba tudo sobre as negociações com o governo que vão determinar nossa remuneração e nosso futuro profissional

Governo apresenta “nova” proposta, que de nova não tem nada. Assembléia dos trabalhadores da UFRJ rejeitou-a e aprovou uma proposta encaminhada aos negociadores do Comando Nacional de Greve. *Páginas 3 e 4*

Milhares em Brasília



Trabalhadores do setor público e da iniciativa privada tomaram a Esplanada dos Ministérios em Brasília. A manifestação foi convocada pela CUT e teve a participação de técnicos-administrativos em greve, entre os quais companheiros da UFRJ. *Página 5*

NA LUTA. O movimento deu uma demonstração de força na quarta-feira, 15 de agosto, pressionando governo e Congresso bem de perto

Índios ocupam seu museu

PÁGINA 8

Maioridade penal é criminalização da pobreza

PÁGINA 8

Livro avalia cotas nas universidades

PÁGINA 7

Reuni: GT-Educação se reúne às 14h30 de terça, 21, na subsede do Sindicato no HU

Fique de olho nos debates sobre as mudanças na universidade

Atenção, técnicos-administrativos: já estão em pauta em centros e unidades os debates sobre o anteprojeto da Reitoria do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), proposto pelo governo. Esse programa trata de questões fundamentais para o futuro da UFRJ. Uma das propostas, por exemplo, é a concentração de todas as unidades de ensino da universidade no Fundão. Outra proposta dentro do Reuni aponta para a separação das atividades administrativas e acadêmicas dos departamentos. Ou seja: são questões que têm a ver com a nossa vida profissional. Portanto, é fundamental a participação de todos.

Quando divulgou o documento "A universidade necessária - programa de reestruturação da UFRJ - 2008 a 2012", a Reitoria fez referência ao calendário aprovado no dia 9 de julho no Conselho Universitário para deliberação sobre o projeto, que previa discussão ampla nas unidades em processo organizado pelos Centros. Mas os prazos são curtos, e o que as decanias estão organizando?

O Conselho de Centro do CFCH se reúne nesta segunda-feira, dia 20, para tratar do assunto. No dia 27, haverá sessão pública em que se buscará ampla participação, com convite para participação do SIN-



BANDEJÃO. Dentro dos planos de obras de expansão da universidade

TUFRJ, Adufrj e DCE para aprofundarem o debate.

Também nesta segunda-feira haverá reunião do Conselho de Cen-

tro no CCS, quando provavelmente será definido um calendário de discussão. O Conselho de Centro do CT vai realizar uma reunião nesta quarta-

feira, 22 (na sala C da decania, com diretores de unidades), para discutir o anteprojeto e provavelmente definir um calendário para debates.

No CCJE está havendo reuniões por unidades. Esta semana deve ser programada a realização de uma reunião pública.

O CLA realizou na semana passada a primeira reunião com diretores para discutir o tema. Congregações acontecerão nesta segunda-feira, dia 20, para que na terça, dia 21, os diretores levem opiniões ao Conselho. Esta sessão do colegiado deve definir um calendário de discussões públicas.

Da mesma forma, no CCMN, a questão foi pauta na reunião do dia 16. Será discutida nas congregações e retorna na próxima reunião do Conselho. No dia 3 de setembro, provavelmente às 11h (horário ainda a confirmar), haverá reunião na decania para discussão do tema. No dia 5, haverá nova reunião do Conselho.

Calendário de discussão

De 1º a 30 de agosto - discussão ampla nas Unidades em processo organizado pelos Centros.

De 1º a 15 de setembro - realização de 3 (três) audiências públicas (Fundão, Praia Vermelha e Centro).

De 15 a 22 de setembro - elaboração do Projeto de Plano de Expansão e Reestruturação da UFRJ, com base nas críticas e sugestões. 27 de setembro - discussão e deliberação no Consuni

Novos convênios

O Sindicato fechou mais dois convênios em benefício dos sindicalizados e seus dependentes. Um com a Universidade Estácio de Sá e, outro, com o Colégio Batista Shepard, na Tijuca, como informamos na edição anterior. O setor de Convênio do Sindicato tem todas as orientações. Veja o que os novos conveniados oferecem.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
Oferece cursos de graduação, tecnólogo (Instituto Politécnico) e pós-graduação *lato sensu*. A forma de ingresso é por vestibular, transferência externa e através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Descontos:

● **Graduação** - O percentual de desconto oferecido é de acordo com o curso e o turno escolhidos, e da localização do campus.

● **Instituto Politécnico** - Dez por cento (10%) para todos os cursos, à exceção de Gastronomia e Culinária e de Restauro de Bens Culturais, que não têm descontos.

● **Pós-graduação** - Quinze por

cento (15%) de desconto.

● **Matrícula** - As aulas iniciaram na segunda-feira, 13, mas os interessados têm, ainda, uma semana de tolerância a partir desta segunda-feira, dia 20, para se matricularem.

COLÉGIO BATISTA SHEPARD

Fica no bairro da Tijuca e oferece ensino fundamental e médio. Desconto: 20%.

Quem tem direito aos convênios

- Todos os sindicalizados ao SINTUFRJ e dependentes: cônjuges, companheiro ou companheira, filhos, enteados e outros dependentes declarados no Imposto de Renda. Documentos de comprovação serão solicitados pelo Sindicato, que faz o encaminhamento às instituições e empresas conveniadas.

ADESÃO AMIL SAÚDE

Estarão abertas adesões ao plano da Amil de 1º a 20 de setembro.

Mais informações sobre estes e outros convênios pelo telefone (21) 2270-5268, com Cláudia ou Marinete.

Reitor discute vagas com o CEG e o CEPG

Mais uma reunião conjunta CEG/CEPG discutiu os critérios para a distribuição das 50 vagas de docentes. Mas nada mudou. No Conselho Universitário do dia 9, seguinte à reunião conjunta dos colegiados, alguns conselheiros reivindicaram mudanças nos critérios para distribuição destas vagas. O clima ficou tenso e o reitor, buscando apaziguar, pediu que nada se deliberasse e que nova sessão do Consuni, no próximo dia 23, discutisse o tema.

Por solicitação do Conselho Universitário, Aloísio Teixeira convocou uma reunião extraordinária do CEG/CEPG, no dia 15. Tentou dirimir o conflito e levar a sua opinião. Mas foi foco de uma série de questionamentos.

O reitor fez explanação sobre o conflito de legislações e atribuições dos colegiados, elogiou os critérios de distribuição de vagas nos últimos anos e apresentou sua proposta de que as 50 vagas - que se forem distribuídas com os critérios tradicionais serão de qualquer forma insuficientes - fossem alocadas pela Cotav levando em conta questões emergenciais, de forma a atender unidades com maior carência, como as novas turmas que foram criadas em Macaé, de Química e Farmácia ou a Faculdade de Direito. "Não seria melhor uma análise mais qualitativa do problema e fazer a alocação de vagas nesta direção?", ponderou Teixeira, colocando que se o CEG e CEPG qui-

sessem trabalhar sobre esses parâmetros, o reitor poderia abrir mão de qualquer reserva técnica (normalmente o reitor tem um percentual das vagas para alocar a seu critério). Depois os colegiados estudariam critérios de longo prazo. Mas se o CEG e CEPG achassem que isso não era cor-reto, a Reitoria se limitaria à reserva técnica para essas situações críticas.

Ana Maria Ribeiro, representante técnico-administrativa do CEG, sustentou que não há conflito de competência entre os colegiados, pois, segundo a LDB, compete aos colegiados de ensino e pesquisa decidirem sobre contratação de docentes, mas disse que concordava com a preocupação com relação às 50 vagas.

NEGOCIAÇÃO DIFÍCIL

Categoria rejeita segunda proposta do governo e defende a linearidade

Assembléia também aprovou que a contraproposta do CNG leve em conta a lógica da proposta formulada pelos trabalhadores

Com apenas um voto contra e uma abstenção, os cerca de 300 técnicos-administrativos presentes à assembleia, sexta-feira, 17, no Salão Azul, rejeitaram a segunda proposta do governo levada à mesa de negociação com o Comando Nacional de Greve (CNG), no dia anterior (quinta-feira, 16), e aprovaram a continuidade da greve. A categoria volta a se reunir em assembleia nesta terça-feira, 21, às 10h, no auditório do Quinhentão (CCS).

A assembleia também aprovou que a contraproposta do CNG a essa segunda proposta do governo seja formulada na lógica da proposta cons-

truída pelos trabalhadores da UFRJ e que já foi enviada ao CNG dia 13 de agosto, por decisão da assembleia realizada nessa mesma data. A proposta

da UFRJ mantém a linearidade na estrutura da tabela, ou seja: mesma diferença entre as classes (interpolação) e aumento do piso e do step.

Desde o início da greve, o CNG tem trabalhado com a tática aprovada na plenária da Fasubra, em maio de 2007, cujos parâmetros são: três salários mínimos de piso como padrão 1 da classe A, 5% de step e buscando retomar os padrões de vencimento do PUCRCE, que significam: 1,34 vez o padrão 1

para a classe B; 1,80 vez o padrão 1 para a classe C; 2,40 vezes o padrão 1 para a classe D e 3,56 vezes o padrão 1 para a classe E.

Essa tática busca resolver as distorções da tabela salarial vigente e o Vencimento Básico Complementar (VBC), porque reestrutura a tabela de forma que os níveis de classificação que tiveram o menor percentual de ganho tenham nas etapas seguintes um ganho maior, de tal forma que todos cheguem aos pisos

desejados, e ao mesmo tempo.

A decisão da base aprovada na assembleia foi repassada pelo CLG ao CNG na própria sexta-feira. O CNG informou que no fim de semana disponibilizaria as orientações e encaminhamentos que deverão ser discutidos e debatidos nas assembleias gerais que ocorrerão a partir desta segunda-feira, em todas as bases. O governo já agendou uma nova rodada de negociação com o CNG para esta terça-feira, 21.

A REUNIÃO DO DIA 17

O governo está brincando

Muito ruim. Insuficiente. Assim os dirigentes estão classificando a nova proposta do governo. Na verdade, a garantia de remuneração mínima de R\$ 988, que o governo anunciou, não é um piso, porque na proposta do governo continua o piso atual com uma complementação. Há nova reunião na terça-feira, 21, no fim da tarde.

“Fomos lá e tiramos dúvidas. Não era uma reunião de negociação”, explicou o coordenador da Fasubra João Paulo, que comentou: “Não era o momento para dizer que não aceitávamos e solicitamos a reunião de negociação para terça à noite”. Mas ele achou a proposta do governo, no mínimo, ridícula e aponta que a proposta cria mais casos de VBC. “Es-

tamos lutando contra o VBC e a proposta coloca parcelas de VBC nas classes A e B. Não propõe um piso de R\$ 988. Na verdade é uma complementação salarial. Vamos analisar. Na verdade, não respondeu a nossa proposta. Faremos uma reunião do comando unificado e vamos tecer opinião. Mas a proposta é ridícula. O governo está brincando com a gente.”



Nenhum avanço

Para o coordenador Luis Antônio, a proposta apresentada agora pelo governo é semelhante à anterior: “Aumenta um degrau

na classe D em relação à C, e a novidade é que os primeiros seis padrões de vencimento do nível 1 da classe A e todos os que têm aque-

le mesmo valor vão ter uma complementação para chegar a R\$ 988. O que não é a proposta da Fasubra. Não concordamos com isso. A Fa-

subra quer R\$ 988 no piso. Queremos que o governo responda em cima do que foi apresentado pela Fasubra”, explica o coordenador,

sustentando que na terça-feira à noite essa discussão vai acontecer: “Até aqui, na tabela, não avançou nada”.

Verdadeiro retrocesso

A coordenadora Vera Miranda acha que é um retrocesso. Na verdade, o mesmo retrocesso do processo de desmonte que o governo estava trabalhando desde o iní-

cio: “Na verdade, o governo não encarou seriamente a evolução da carreira e está jogando com paliativos, como complementação salarial –, porque está traba-

lhando com valor pecuniário individual nas classes A e B em vez de dar o piso – ele complementa para chegar ao piso. Ao mesmo tempo mentem, pois a proposta

desconfigura o princípio da carreira na estrutura hierárquica porque continua fazendo a separação da classe E em detrimento das outras.

A Fasubra vai apresentar contraposta. Vai discutir no Comando. A partir da reunião de terça é que a Fasubra vai saber em que pé vão ficar as coisas.”

Proposta é insuficiente

“Achamos que a contraproposta do governo ainda é insuficiente. Mas não vamos rejeitar”, diz a coordenadora Léia de Souza Oliveira, explicando: “Vamos pressionar, aumentando o corpo

da proposta. Principalmente nas classes C e D.

Porque é na classe C que tem maior número de VBC.

Na realidade o piso que o governo propõe é como complemen-

to – não é salário real. É como um VBC para as classes A e B”, explica Léia, acrescentando que o governo não deu xeque-mate e na nova mesa o comando deve apresentar a contraproposta de

evolução real do piso e de aumento da interpolação da classe B para C (porque tem maior incidência de VBC), questionando ainda o valor do piso da classe D. “A greve entra num momento

delicado e vamos ter que ter perspicácia na mesa de negociação, de olho na conjuntura.

Não houve xeque-mate. Continuaremos a tensionar o governo”, informa a coordenadora.

NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

Proposta do governo: nada de novo

O Ministério do Planejamento apresentou, no dia 16, uma nova proposta para ser considerada pelos negociadores. O governo propôs uma remuneração mínima de R\$ 988,00 (que será, na verdade, uma complementação ao vencimento básico, diferente do piso que reivindicamos).

Propôs ainda um percentual de aumento sobre a situação atual, na classe A de 29,68% em 2008, que é o resultado do piso com incorporação do valor pecuniário individual (VPI), de R\$ 59,87 e a complementação para chegar a R\$ 988,00.

Isso não significa qualquer vitória porque há uma complementação salarial, que vai representar congelamento de salário para um grupo de pessoas durante os três anos.

O percentual sobe um pouco também na classe B, na classe D aumenta alguma coisa em 2010, e permanece o que foi proposto inicialmente para a classe E.

O governo sugeriu uma nova reunião técnica no dia seguinte, 17, sexta-feira, pela manhã, para detalhar a proposta. Depois desta rodada, o Comando analisaria o seu conteúdo, inclusive com avaliação política, que disporia para a categoria ainda no último fim de semana com orientações e encaminhamentos para serem debatidos no CLG e na assembleia geral.

No dia 21, próxima terça-feira, à noite, há nova reunião de negociação.

Histórico - Estão em pauta: a nova proposta do governo (que de novo não tem nada), a que a Fasubra apresentou no dia 9 e a proposta da UFRJ ao CNG, construída a partir do referendo da assembleia do dia 13 e aprovada na assembleia do dia 17.

Na tabela atual - O piso é de R\$ 701,98, o step é de 3,6% e a interpolação entre as classes é de dois padrões. O custo mensal dessa tabela é de R\$ 400 milhões; o custo anual é de R\$ 5,8 bilhões.

A PROPOSTA DA ASSEMBLÉIA

A proposta que foi enviada pela UFRJ ao CNG definiu que os recursos apresentados deveriam respeitar a matriz atual e deveriam ser aplicados percentuais no aumento do piso, do step, mantendo a interpolação constante, sem quebra da linearidade.

A primeira etapa, que seria em janeiro de 2008, contaria com um piso de R\$ 837,20, step de 3,7% e interpolação de três padrões em todas as classes.

A segunda etapa, em janeiro de 2009, contaria com um piso de R\$ 988,00, step de 3,8% e interpolação de três padrões.

A terceira etapa, em 2010, continuaria com o mesmo piso, step de 4% e interpolação de três padrões constantes entre as classes.

O custo seria de R\$ 8,3 bilhões em 2008, R\$ 10 bilhões em 2009 e R\$ 10,6 bilhões em 2010.

A primeira proposta do governo

Na reunião do dia 7 de agosto, o governo apresentou a sua primeira proposta. Além da extensão do plano de saúde para todos os técnicos-administrativos das IFES a partir de novembro de 2007, da manutenção da

parcela do VBC e da incorporação da parcela de valor pecuniário individual (VPI) de R\$ 59,87 ao piso da tabela, o governo propôs a reestruturação da tabela da seguinte forma: a primeira etapa seria em julho de

2008. Nesta, o piso seria de R\$ 802,76, o step de 3,6% e mudança na interpolação das classes D para E, de P20 para P23 em 2008; de P23 para P28 em 2009 e de P28 para P33 em 2010.

O custo em 2008 seria de R\$ 6,7 bilhões; em 2009, de R\$ 7,5 bilhões e em 2010, de R\$ 8,4 bilhões.

Esta proposta foi rejeitada pela assembleia geral e a Fasubra apresentou contraproposta.

Primeira proposta do governo

PERCENTUAL DE AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

Classes	2008		2009		2010	
	inicial	final	inicial	final	inicial	final
A	5,37%	9,42%	11,03%	15,30%	16,99%	21,49%
B	6,37%	10,19%	12,46%	16,11%	18,50%	22,34%
C	7,90%	10,84%	13,69%	16,80%	19,79%	23,07%
D	8,89%	11,40%	14,74%	17,38%	20,90%	23,68%
E	17,79%	20,07%	48,12%	50,99%	86,26%	89,87%

A contraproposta da Fasubra

No dia 9 de agosto, a Fasubra apresentou a sua contraproposta. Em janeiro de 2008, o piso seria de R\$ 837,20 e interpolação de três padrões da classe A para B;

dois da B para C; três da C para D e quatro da D para a E.

Em janeiro de 2009, o piso seria de R\$ 914,22 e interpolação de três padrões entre as classes A, B, C e D e de

seis padrões entre a D e a E.

Em janeiro de 2010, o piso seria de R\$ 988,00 e interpolação de três padrões da classe A para a B; quatro padrões da B para a C; quatro

da C para a D e seis da D para a E.

O custo em 2008 seria de R\$ 7,9 bilhões; em 2009, de R\$ 9,1 bilhões e em 2010, de R\$ 10,4 bilhões.

Contraproposta da Fasubra

PERCENTUAL DE AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

Classes	2008		2009		2010	
	inicial	final	inicial	final	inicial	final
A	9,89%	14,11%	20,00%	24,61%	29,68%	34,67%
B	15,32%	19,05%	25,92%	30,01%	36,09%	40,50%
C	16,58%	23,94%	31,88%	40,21%	47,66%	56,98%
D	21,89%	29,06%	37,89%	46,01%	59,94%	69,36%
E	31,84%	34,40%	60,09%	63,19%	85,69%	89,28%

A resposta do governo

No dia 16 de agosto, depois de considerar a contraproposta da Fasubra, o Ministério do Planejamento apresentou uma segunda proposta de reestruturação

da tabela, tomando como base uma remuneração mínima de R\$ 988,00 (não é piso!) a partir da vigência da 1ª tabela: também com incorporação do VPI à base da

tabela, manutenção do step de 3,6% entre os padrões; manutenção do VBC e mudança na interpolação da seguinte forma:

- da classe C para D de

P16 para P17 em 2010;

- da classe D para E de P20 para P23 em 2008; de P23 para P28 em 2009 e de P28 para P33 em 2010.

Segunda proposta do governo

PERCENTUAL DE AUMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL

Classes	2008		2009		2010	
	inicial	final	inicial	final	inicial	final
A	29,68%	29,99%	29,68%	29,99%	29,68%	29,99%
B	10,07%	10,19%	12,46%	16,11%	18,50%	22,34%
C	7,90%	10,84%	13,69%	16,80%	19,79%	23,07%
D	8,89%	11,40%	14,74%	17,38%	25,25%	28,14%
E	17,79%	20,07%	48,12%	50,99%	86,26%	89,87%

NINGUÉM SILENCIA OS TRABALHADORES

Mais de 20 mil em Brasília

A mobilização convocada pela CUT teve a participação do funcionalismo em greve, entre os quais companheiros da UFRJ

Na quarta-feira, dia 15 de agosto, Brasília foi ocupada por 20 mil trabalhadores do setor público e da iniciativa privada. Ofensiva cutista pelos direitos toma a Esplanada dos Ministérios e afirma força da luta dos trabalhadores.

Convocado pela CUT, o Dia Nacional de Luta da Central – cumpriu o seu papel, de acordo com sindicalistas de categorias diversas. A avaliação é de diversos sindicalistas que participaram do ato político. “O fundamental é que, nesta manifestação, conseguimos unificar a luta dos trabalhadores dos setores público e privado, dentro de uma

perspectiva de classe”, sustentou Neuza Luzia, presidente da CUT-RJ e ex-coordenadora do SINTUFRJ. “Concluimos esta manifestação em frente ao Congresso plenamente vitoriosos, com a CUT aliando negociação à organização e à mobilização para garantir conquistas”, afirmou o presidente nacional da CUT, Artur Henrique.

“Reunindo mais de 20 mil companheiros e companheiras, esquentamos os tambores para as campanhas salariais do segundo semestre e para a nossa grande marcha do final de ano”, acrescentou o dirigente. Disse ainda que a convocação do ato de protesto contra as ameaças que pairam sobre os trabalhadores reafirma a

autonomia e independência da Central para pressionar governos e patrões. “Revigoramos nossas energias”, festejou. A palavra de ordem da manifestação teve como lema “Garantir direitos, ampliar conquistas”.

Nos discursos que se sucederam, ficou clara a necessidade de dirigir a pressão do movimento da classe trabalhadora para frentes diversas. Além de patrões, essa pressão deve ser exercida junto ao Congresso, ao Judiciário e ao Executivo.

Ministro recebe dirigentes

O presidente da CUT fez o relato da audiência que, ao lado de outros seis dirigentes, teve com o ministro Paulo Bernardo, no mes-

mo dia da manifestação. Segundo o dirigente, o ministro havia se comprometido com o atendimento de reivindicações da Central. O envio da Convenção 151 (que impede restrições ao direito de greve do funcionalismo público) ao Senado, para ratificação, será feito pelo governo até o dia 7 de setembro, no máximo. Nesse período, o governo e uma representação de servidores federais vão elaborar o texto de emenda constitucional para adequar a legislação vigente à 151, de modo que ambos os textos estejam prontos no mesmo período. O PLP será revisto. “Isso é decisão tomada, vamos fazer”, havia dito Paulo Bernardo durante a audiência. Informado de que o deputado

Fernando Pimentel, relator do projeto na Câmara, dissera que esperava uma sinalização do governo, Bernardo telefonou-lhe. Ficou marcado para a próxima semana o início das mudanças necessárias ao projeto – que o governo se recusa a retirar integralmente.

Durante a audiência, ficou acertado também que a proposta de criação de fundações estatais será revista, de acordo com os debates setoriais, conforme acertado no dia anterior com o ministro José Gomes Temporão, da Saúde. Bernardo garantiu também que o governo vai estabelecer o processo de eleição direta de trabalhadores para o Conselho de Administração das empresas estatais.



Foto: Raquel Carlucho

EM BRASÍLIA. A faixa da Fasubra conferiu a marca da categoria na manifestação que ocupou Brasília no dia 15 de agosto

Veja algumas bandeiras da manifestação

- **Manutenção do veto à Emenda 3**
- **Contra o projeto que congela de salários do funcionalismo**
- **Contra a instituição de fundações estatais de direito privado**
- **Contra as restrições ao direito de greve do funcionalismo**

O ministro do Planejamento se comprometeu a...

- **Rever a legislação que cria as fundações estatais de direito privado e não agir para criar restrições ao direito de greve do funcionalismo**

Bom humor e diversidade

Desde as primeiras horas da manhã, trabalhadores e trabalhadoras das mais variadas categorias e estados começaram a chegar em caravanas à Esplanada, como os cearenses, que enfrentaram 48 horas de estrada. De capacete, os trabalhadores da construção civil ergueram faixas contra a Emenda 3 – que assalta direitos como o 13º, as férias e a aposentadoria – e em repúdio à ter-

ceirização, que vitima mais de 70% da categoria, conforme admitido pelos próprios empresários. Funcionários das universidades brasileiras em greve defendiam a necessidade da aceleração de uma política de recomposição salarial. Com bom humor, trabalhadores da alimentação desfilaram vestidos como frangos gigantes, empurrando uma cadeira de rodas com o trabalhador lesionado empunhando um car-

taz com a frase: “Não agüentei o ritmo”. Da mesma forma, foram lembrados os canivetes que têm morrido por estafo no Estado mais rico do país. Vestida de verde, a delegação de trabalhadores da educação pública levantava bandeiras em defesa do Piso Nacional (“Não abro mão”, diziam as camisetas). Agricultores familiares da Contag e da Fetraf destacavam a luta pela mudança no Índice de

Produtividade e medidas de apoio à reforma agrária. Foram várias as formas de expressar a defesa da pauta de reivindicações.

“Aperto” no Congresso

No ato político em frente ao Congresso, os manifestantes realizaram o prometido “abraço” ao Congresso Nacional, logo rebatizado pelos presentes como “aperto”. Após a revoadada de balões vermelhos,

teve início a sucessão de falas políticas de dirigentes de todos os ramos.

Grande parte das falas foi dedicada à luta dos servidores federais, parte essencial da pauta do Dia Nacional de Luta da CUT. Dirigentes da Fasubra reafirmaram o “orgulho de ser filiada à Central Única dos Trabalhadores”, nas palavras de Paulo Henrique, dirigente da Federação.

VÁRIAS

Presidente do Ipea defende o fortalecimento do Estado brasileiro

O economista Márcio Pochmann, que assumiu a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defendeu o fortalecimento do Estado brasileiro. Segundo Pochmann, que é professor da Unicamp, “o Estado brasileiro é raquítico”. Ele criticou a rigidez do orçamento no Brasil e disse que os funcionários públicos representam 8% da população ocupada no país.

Na década de 1980, esse patamar era de 12%. Em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa, esse patamar chega a 18% e 25%, respectivamente.

Pochmann afirmou, ainda, que nos últimos 20 anos houve uma redução de 2,5 milhões no funcionalismo público. “Quando as estatais foram privatizadas isso representou a demissão de outros 500 mil trabalhadores”,

disse. Para ele, é preciso haver uma reforma do Estado, em contraposição ao que chamou de “destruição do Estado”. Ele ainda destacou que existem gastos públicos não operacionais, como a despesa de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional gerada pelos juros da dívida pública. “Esse é um gasto que não gera emprego, não gera inclusão”, opinou.

Professores e policiais entram em greve

Policiais civis e professores da rede estadual de ensino resolveram entrar em greve um dia após o governador Sérgio Cabral anunciar reajuste de 25% para os servidores. A paralisação do magis-

tério é por tempo indeterminado. Já os policiais ficarão em greve por 72 horas, a partir de segunda-feira. O governo anunciou o corte do ponto para os profissionais que aderirem à greve. O

prefeito Cesar Maia entrou na briga e alfinetou o secretário estadual de Fazenda, Joaquim Levy, dizendo que o aumento real que está sendo proposto aos servidores é de apenas 3%.

Educação: passeata dia 22

No próximo dia 22 de agosto, profissionais de educação e outras entidades sindicais e estudantis participarão de uma passeata, com concentração às 12h na Candelária.

O ato acontece pela Jornada Nacional em Defesa da Educação no Estado do Rio de Janeiro. Durante a passeata, os companheiros realizarão uma parada em frente

ao escritório da Vale do Rio Doce, na Avenida Presidente Wilson, para protestar contra a privatização da empresa. De lá seguirão para o prédio do Ministério da Educação.

Câmara homenageia funcionário da UFRJ pelo seu trabalho social

O morador do Parque União e funcionário da UFRJ, João Francisco de Souza, foi homenageado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro com uma Moção de Congratulações devido a seu trabalho voluntário realizado há mais de 20 anos com jovens da comunidade. João, que é motorista da UFRJ, iniciou um trabalho de oficinas de percussão, formando uma banda, o que ajudou a resgatar da marginalidade inúmeras crianças e jovens na área da Maré. A banda se apresenta todos os anos no Parque União motivando outros jovens a voltar a estudar e buscar uma vida de inclusão na sociedade.

João Francisco adquiriu com

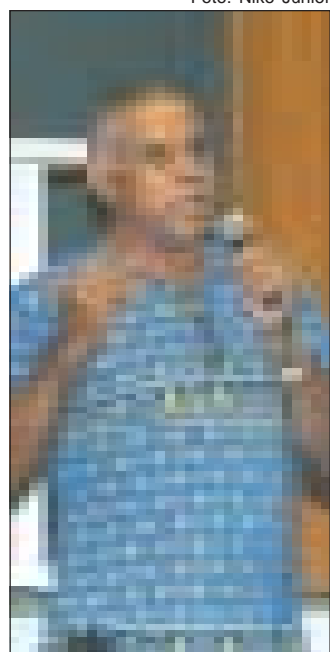


Foto: Niko Júnior

recursos próprios 100 instrumentos musicais e criou a banda. A contrapartida da participação na banda foi a da criança ou jovem estar estudando e fora das ruas. Hoje, alguns destes jovens que tiveram a oportunidade de ser beneficiados com o trabalho de João completaram curso superior, outros constituíram família e a maioria não sucumbiu à marginalidade. Noventa por cento das crianças que passaram pelo trabalho de João nestes 20 anos não voltaram mais para as ruas.

A Moção de Congratulações foi proposta pelo vereador Rubens Andrade.

Vigilância

Reunião na quinta-feira, dia 23 de agosto, às 14h

Pauta: Legislação, seminário nacional e tirada de delegados.

Lei Maria da Penha

Após um ano de sancionada a Lei Maria da Penha – que criou dispositivos para prevenir e coibir a violência contra a mulher – o governo federal deixou de investir 96% do orçamento previsto em 2007 para

a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). De acordo com dados do Centro de Estudos Feminista e Assessoria (Cfemea), dos R\$ 23,5 milhões previstos, pouco mais de R\$ 1 milhão já foram investidos.

Seminário discute saúde da população negra



O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) sediará o seminário “Equidade em Saúde, Fatores Predisponentes e Agravos à Saúde da População Negra”. O evento acontece nos dias 27 e 28 de agosto, no auditório

Alice Rosa – 12º andar. O objetivo é debater diversos aspectos socioeconômicos dos negros e sua relação com a saúde dessa população. Outras informações podem ser obtidas através do telefone 2562-2188. Apoio: SINTUFRJ.

Veja abaixo a programação:

27 DE AGOSTO

■ **8h** – Apresentação do Programa de Saúde da População Negra no HUCFF/UFRRJ e dos componentes do Grupo

■ **8h30** – Abertura
Representante do Ministério da Saúde
Representante da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR)
Reitor da UFRJ
Decano do CCS
Diretor Geral do HUCFF/UFRRJ
Representante do IESC/UFRRJ
Representante do SINTUFRJ
Moderadora: M^a da Conceição L. Buarque

■ **9h20** – I Mesa: Desigualdades Raciais e Saúde
Professora Maria Inês Barbosa – UNIFEM
(a confirmar)
Dra. Jurema Werneck – Conselho Nacional de Saúde
Moderadora: Enfermeira Olinda Tardelli

■ **10h20** – Plenária

■ **11h** – II Mesa: Nascer, Viver e Morrer para a População Negra
Fernanda Lopes – Fundo de População das Nações Unidas

Moderador: Professor Lúcio Pereira de Souza

■ **12h** – Plenária

■ **12h30 às 14h** – Almoço

■ **14h** – Oficinas

Sala: (CAE) Quesito Cor – Como e Por quê
Moderadoras: Maria Aparecida de Assis

Sala: (CAE) Racismo Institucional
Moderadoras: Lucia Xavier (a confirmar)

Sala: (CAE) Religiões Afrobrasileiras e Saúde
Moderador: José Marmo da Silva

Sala: (CAE) AIDS e HIV na População Negra
Moderadora: Fernanda Lopes – Fundo de População das Nações Unidas

■ **16:00h** – Encerramento

28 DE AGOSTO

■ **8h30** – Recepção e Apresentação de Filme

■ **9h** – I Mesa: Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra
Representante do Ministério da Saúde
Representante da SEPPIR
Moderador: Diretor do HUCFF Prof. Alexandre Pinto Cardoso

■ **9h40** – II Mesa: Equidade e Saúde: Experiências

Louise Silva – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
Joelma Cristina Silva Rosado – Representante do GT-Saúde da População Negra de Salvador

Moderador: Leticia Legay – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC)

■ **11h10** – Plenária

■ **12h** – Encerramento e Apresentação Cultural

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

Livro avalia cotas raciais em universidades brasileiras

Alunos cotistas dão banho de desempenho em instituições que adotaram o sistema, segundo estudo de laboratório da Uerj

Foto: Niko Júnior

Os primeiros resultados da política de cotas nas universidades públicas acaba de sair. O livro *Cotas raciais no Brasil: primeira avaliação* é um estudo do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (LPP/Uerj) que desmistifica o discurso de quem é contrário ao sistema.

Segundo o trabalho, alunos oriundos do sistema de cotas apresentaram média superior às dos não-cotistas em 8 dos 13 cursos oferecidos na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), uma das universidades avaliadas. A pesquisa também põe abaixo outro ponto defendido pelos que são contrários ao sistema de cotas: a evasão. Os alunos não-cotistas apresentaram índice de desistência (18,8%) superior ao dos cotistas (17,54%).

Para Renato Ferreira, coordenador do Programa de Políticas da Cor do LPP/Uerj, a política de cotas é um primeiro passo, mas é preciso haver um sólido programa de assistência estudantil. “O estudo aponta que nenhuma instituição que adotou políticas de ação afirmativa tem um programa de assistência estudantil. Ainda assim, com dificuldades financeiras, os alunos cotistas desistem menos do que os não-cotistas. A universidade para eles tem um significado muito mais profundo”, revela Ferreira.



ESTUDANTES NO CAMPUS DO FUNDÃO, DA UFRJ. A universidade ainda não definiu os caminhos em relação ao acesso

Ação ainda é limitada

A publicação avaliou oito universidades que adotaram ações afirmativas no Brasil. São elas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), Universidade do Mato Grosso (UMS), Universidade Federal da Bahia (UFBA),

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). No Rio de Janeiro apenas a Uerj, a Uenf e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) possuem programa de ações afirmativas.

O estudo aponta que nenhuma instituição que adotou políticas de ação afirmativa tem um programa de assistência estudantil

A última universidade que aderiu ao sistema de cotas foi a Universidade de Brasília (UnB), que teve o regime aprovado no dia 6 de junho. No Brasil, apenas 42 universidades aderiram ao sistema. O LPP/Uerj planeja desenvolver outro estudo com as universidades que não fizeram parte desta primeira análise.

Seminário na UFRJ debate ações afirmativas

Nesta segunda, 20, e na terça, 21, haverá uma grande discussão na UFRJ sobre o tema “As ações afirmativas e o desafio da democratização do acesso e da permanência no ensino superior”. Representantes de algumas universidades do país que já aderiram ao sistema virão expor suas experiências. O evento contará com a participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSCar).

Informações com Érica Assis, no telefone 2598-9261 ou através do e-mail acoefirmativas@gmail.com.

Confira abaixo a programação:

• 20 de agosto

9h30min – Abertura
Participantes: Laura Tavares Soares – pró-reitora de Extensão da UFRJ; Jorge Luiz Barbosa – coordenador nacional do Projeto Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares; e João Paulo Castro – coordenador executivo do Projeto Trilhas do Conhecimento/LACED/Museu Nacional UFRJ

10h – Mesa-redonda: As políticas de ações afirmativas: as polêmicas em torno da igualdade e da diferença
– A questão da igualdade na Constituição: professor Carlos Alberto Medeiros (Uerj)
– A difícil articulação entre igualdade e diferença: professor Gersm Luciano (UnB e membro

indígena do Conselho Nacional de Educação)
– A racialização enquanto estratégia política: professor Antonio Sergio Guimarães (USP)

14h30min – Mesa-redonda: O sistema de cotas nas universidades públicas e a qualidade do ensino
– As primeiras experiências na Uerj: reitor Nival Nunes de Almeida (Uerj)
– A Uneb e o sistema de acompanhamento diferenciado de alunos: pró-reitor de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação Wilson Roberto Mattos (Uneb)
– O processo de elaboração do programa de Ações Afirmativas da UFSCar: professor Valter Silvério
– O perfil dos alunos cotistas da UFBA: professor Jocélio Teles dos Santos – diretor do Centro

de Estudos Afro-Orientais da UFBA
17h30min – Apresentação Cultural com o Grupo Clam

• 21 de agosto

9h30min – Mesa-redonda: As ações afirmativas para além das cotas
– Os cursos pré-vestibulares populares: professor Renato Emerson Nascimento dos Santos (coordenador acadêmico do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira – Uerj)
– O programa de inclusão da USP: pró-reitora de Graduação Selma Garrido Pimenta – USP
– O sistema de pontuação da Unicamp: professor Leandro Russolovski Tessler – Unicamp
– O Projeto OBSERVA – professora Mônica Grin Monteiro de

Barros – UFRJ
– O Programa Uniafro e as políticas de permanência na UFRJ: professor Marcelo Paixão – UFRJ

14h30min – Mesa-redonda: Desafios para a UFRJ: explorando novas fronteiras entre a igualdade e excelência no ensino superior
– Professor Aloísio Teixeira, reitor da UFRJ
– Pró-reitora de Graduação da UFRJ
– Pró-reitora de Extensão da UFRJ
– Divisão de Assistência ao Estudante/UFRJ
– Pré-vestibular Samora Machel (UFRJ)
– Pré-vestibular do Caju (UFRJ)
– Projeto Acesso (PR-1/UFRJ)
– Projeto Conexões de Saberes da UFRJ

Índios ocupam ruínas do seu museu

Casarão, ao lado do Maracanã, estava abandonado desde a década de 1970 e servia como depósito de lixo e desova de cadáveres

Índios de 12 tribos (Pataxós, Guajajara, Guarani, Carajá, Krikati, Apurinã, Tucano, Krathô, Tabajara, Ticuna, Maiuruna e Xavante) estão acampados desde outubro de 2006 no prédio que abrigava o Museu do Índio, ao lado do Estádio do Maracanã.

O grupo faz parte do Movimento dos Tamoios, entidade criada há dois anos para defender os indígenas, cobrar do governo políticas públicas voltadas para esta população e mostrar para a sociedade quais são as suas necessidades. Araçari, da tribo Pataxós, da Bahia, explicou como foi tomada a decisão de ocupar o casarão em ruínas. “Soubemos que a Prefeitura do Rio queria fazer deste lugar um estacionamento para o Pan. Ocupamos porque não podemos perder mais um espaço”, disse.

O casarão, localizado na Avenida Radial Oeste, esquina com a Rua Mata Machado, está sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. “Logo após a ocupação, o superintendente do Ministério da Agricultura fez uma audiência com a gente”, informou Araçari. Na opinião do índio pataxó, o Ministério acha conveniente a ocupação. “Pelo menos tomamos conta do local. Até pessoas mortas já foram encontradas aqui”, revelou Araçari. Sindica-

tos e movimentos sociais também apoiam o grupo e ajudam na divulgação do movimento e com subsídios para viabilizar a permanência dos índios no local.

Ocupação evitou demolição

Uma das conquistas foi o fato de conseguir que o prédio do museu não fosse mais demolido. O grupo entrou com uma representação solicitando a cessão do prédio para os índios a fim de que obras de restauração sejam realizadas. O objetivo é fazer do casarão um lugar de permanente exposição e discussão, com gestão dos indígenas. “Estamos legalizando nossa organização com CNPJ próprio do Movimento dos Tamoios e não vamos ficar aguardando verbas apenas da União para que as obras aconteçam”, afirmou Maria de Oliveira Pinto, ou Tamicuã, que também é professora e diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe).

Além dessas movimentações, o grupo promove discussões e palestras em escolas e universidades. Atividades assim também são realizadas entre as ruínas do prédio ocupado. “Estamos inserindo um novo tipo de discussão na sociedade. Deixaram-nos congelados no século XV, como se existíssemos apenas no passado. Ninguém discute nosso papel na sociedade hoje. Ninguém apura as barbáries que cometem contra nós”, afirmou Tamicuã.



RESISTÊNCIA. Índios de tribos diferentes no Museu

“A Aracruz chegou lá há 60 anos e quer tirar o espaço de quem já está lá há milhares de anos”, Araçari, índio pataxó

Empresa ameaça Guaranis

No Espírito Santo, um conflito entre os Guaranis e a Aracruz Celulose é o principal motivo da dor de cabeça do povo indígena. A empresa está invadindo a terra que pertence aos índios. “A Aracruz chegou lá há 60 anos e quer tirar o espaço de quem já está lá há milhares de anos”, protesta Araçari. Já houve conflitos até mesmo com a polícia local, que agiu contra os indígenas. Famílias inteiras foram expulsas. Houve uma expropriação das terras indígenas. “De 18 hectares, só nos restaram 11. Terras que são dos índios e também de quilombolas”, informou Tamicuã.

Além desse drama, no Mato Grosso do Sul 20 lideranças indígenas morreram recentemente. “Ninguém soube de nada. Não fizeram nenhuma apuração. As próprias lideranças têm medo de denunciar, com medo das represálias”, revelou Tamicuã. Segundo ela, o maior problema enfrentado pelo Movimento dos Tamoios é o fato de não haver uma imprensa que divulgue a causa indígena. “Não conseguimos espaço na imprensa, apenas em poucas mídias sindicais. Esse é um ponto difícil neste processo”, lamentou.

EM QUESTÃO

maioridade penal é a solução?

“Querem criminalizar a pobreza”

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ) — militante na defesa dos direitos humanos — disse que a tentativa de se reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos é uma forma de criminalizar a pobreza, além de ser medida ineficaz. “Nenhum país do mundo que aumentou a população carcerária conseguiu reduzir os índices de criminalidade. É preciso entender que o Brasil não pune pouco, mas pune mal. A lei é cumprida ineficazmente e de forma desigual, sendo sempre mais pesada para pobres e negros”, afirmou Freixo. Na opinião do parlamentar, “ao invés de modificarem a lei, é necessário que o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido. É preciso pensarmos em qual modelo de país estamos tentando construir”.

Levantamento realizado em janeiro de 2004 pelo Ministério da

Justiça mostrou que 0,2% da população de 12 a 18 anos havia cometido algum tipo de crime e estava cumprindo medidas socioeducativas em internatos. No entanto, destes atos, mais de 70% eram crimes contra o patrimônio e não contra a vida. Em contrapartida, a população de zero a 19 anos foi, entre 1980 e 2002, alvo de 110.320 assassinatos. “Estão tentando responsabilizar quem é a verdadeira vítima. Estão tentando transformar adolescentes em algozes, quando são eles o principal alvo de extermínios”, explicou o deputado estadual Marcelo Freixo.

Brasil lidera punições

Segundo estudos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o número de menores internados no país aumentou 263% nos últimos dez anos. Já o Departamento Penitenciário Nacional contabilizou, em dezembro de 2006, 401.236 presos

no sistema carcerário e na polícia. “O Brasil já possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. De 1995 a 2006 aumentou em 170% os presos no país. Perdemos, em número de presos, apenas para Estados Unidos, Rússia e China”, comparou Freixo.

O sistema prisional é outro alvo de fortes críticas. De acordo com Freixo, não há possibilidade de recuperar qualquer ser humano expondo-o a níveis tão indignos quanto os que existem nas prisões brasileiras. “As prisões são absolutamente irregulares. O sistema socioeducativo está completamente falido”, disse Freixo, completando: “O adolescente está no seu período de formação e depende muito da socialização. Privá-lo de liberdade já é uma grande violência contra ele. Que valores positivos ele poderá tirar de uma cadeia como as que temos hoje?”

